



Contribuição ao debate do PT/DF sobre:
A conjuntura política do Distrito Federal

Enfrentando a pandemia, a desigualdade e o governo Ibaneis

(A luta política no Distrito Federal)

PANDEMIA E A DESIGUALDADE NO DF

1. O Distrito Federal (DF) e sua região metropolitana seguem sendo o território com maior desigualdade social do país, segundo dados da PNAD¹. Num momento de pandemia, isto significa tornar os efeitos da desigualdade ainda mais perversos.
2. Enquanto os ricos e as classes médias gozam da possibilidade de exercer a quarentena em isolamento social, a maior parte das classes trabalhadoras, porque precisa sair de casa para trabalhar e continuar sobrevivendo, segue sendo exposta ao novo coronavírus.
3. Ao mesmo tempo, é justamente a população preta e pobre (maioria da classe trabalhadora e maior vítima da desigualdade) que tem mais chance de morrer com o novo coronavírus, como tem demonstrado todas as estatísticas pelo mundo.
4. Isso porque essa parcela da população constitui a maioria dos trabalhadores informais, a maioria dos ditos postos de trabalhos essenciais e, portanto, são os que precisam utilizar o transporte público, aumentando significativamente a probabilidade de contaminação. E, principalmente, por ser a parcela da população que vive as piores condições sociais.

¹ Fonte: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/economia-df/mesmo-com-queda-df-registra-desigualdade-maior-que-media-do-pais>



5. São os que apresentam maior proporção de doenças crônicas e outros agravos. Aliás, boa parte causada pelas condições de maior exploração no trabalho e pelo precário modo de vida. São, ao mesmo tempo, os que vivem sob maior estresse e tem o estado de saúde mental mais afetado.
6. A consequência é que seus sistemas imunológicos são mais debilitados. Esses fatores conjugados tornam a população preta e pobre a maior proporção dos grupos de risco, o que incide diretamente na quantidade de adoecimento e mortes por COVID 19.

a) Pandemia e a desigualdade de gênero no DF

7. As desigualdades são ainda mais acentuadas se considerarmos as condições das mulheres. Sobrecarga de trabalho doméstico, cuidados, exposição à violência e vulnerabilidade econômica são aspectos exacerbados pelo isolamento social e que revelam de maneira ainda mais cruel a desigualdade de gênero.
8. A sobrecarga de trabalho aumentou. Muitas estão exercendo o teletrabalho e, em paralelo, têm acumulado mais trabalho doméstico e cuidados com crianças (inclusive com o ensino e acompanhamento das tarefas escolares), com idosos, com pessoas com deficiência e enfermos, agora sem poder contar com as redes de apoio tanto de suas relações pessoais quanto institucionais, como a escola.
9. No Brasil, cerca de 85% das enfermeiras são mulheres². O Brasil também é, segundo a OIT, o país com a maior população de empregados domésticos do mundo: 7 milhões de pessoas³. A primeira morte registrada no Rio de Janeiro em decorrência do novo coronavírus foi a de uma empregada doméstica de 63 anos⁴. A patroa estava infectada com o vírus e a trabalhadora não foi informada a respeito da doença.
10. Vale ressaltar que o isolamento social dificulta o acesso às redes de apoio e ao registro de denúncias pelas mulheres. Isso aumentou as violências física, patrimonial, moral, sexual e psicológica contra as mulheres, assim como os casos de feminicídio.
11. Esse é o resultado de uma sociedade extremamente patriarcal e machista que, em um período de pandemia, exacerba as dimensões da divisão sexual do trabalho em relação ao trabalho não pago realizado para reprodução da vida no interior das famílias, assim como das violências contra as mulheres.

b) Pandemia e desigualdade econômica no DF

12. Não só os aspectos sociais agravam as consequências da pandemia. É muito importante observar os aspectos econômicos.
13. A crise econômica, que já estava em curso no país e no DF, se intensificou com a pandemia. A taxa de desemprego total no DF aumentou, de 19,8% para 20,7%, entre abril de 2019 e abril de 2020 e já são 327 mil pessoas desempregadas. Em junho a taxa de desemprego já chegou a 21,6%⁵.

² Fonte: http://www.cofen.gov.br/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem_31258.html

³ Fonte: <https://nacoesunidas.org/somente-40-trabalhadores-domesticos-brasileiros-tem-seguridade-social-diz-oit/>

⁴ Fonte:

<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>

⁵ Fonte: <http://codeplan.df.gov.br/taxa-de-desemprego-se-mantem-estavel-no-distrito-federal/>



14. Agora, se observarmos a taxa de desemprego por grupos de região administrativa do DF em relação à renda, a desigualdade aumenta ainda mais. No grupo 3 (regiões de média-baixa renda), a taxa foi de 23,7% para 25,1%, e no grupo 4 (regiões de baixa renda - Estrutural), a taxa foi de 25,8% para 30,1%, entre abril de 2019 e abril de 2020⁶.
15. Ou seja, aumentou o desemprego e caiu a renda. Para completar o quadro de dificuldades, até os rendimentos dos autônomos (trabalho informal e precário) caíram 1,1% em relação a abril do ano passado (CODEPLAN). Assim, o que já estava difícil antes da pandemia agora tá parecendo quase impossível sobreviver.
16. Outro aspecto importante da situação econômica é o grau de retração do setor de serviços, que no DF representa 94,9% do PIB local (os outros setores: 0,4% Agricultura e 4,7% Indústria) e é o que mais emprega. Os indicadores mostram que o ritmo de vendas do setor de serviços se encontra em uma trajetória de contração desde 2019, que foi intensificada pelas restrições comerciais impostas pela pandemia.
17. Entre abril de 2019 e abril de 2020 a queda no setor de serviços foi de 3,7%. Especificamente no comércio varejista, que é uma das áreas que mais emprega, a queda foi 28,7% em relação a abril de 2019. O único segmento que apresentou variação positiva em abril foi o de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo.
18. É verdade que o histórico processo de ocupação, a política local e a dinâmica econômica produziram este alto grau de desigualdade no DF. E essa desigualdade se apresenta de forma nítida na distribuição social e espacial da renda e na elevada assimetria entre o DF e sua periferia metropolitana. O que configura uma situação extrema de apartação social, espacial, cultural e simbólica.

O GOVERNO IBANEIS: CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE SUAS POLÍTICAS

19. O que esses indicadores sociais e econômicos apontam é para um aumento ainda maior da desigualdade no DF. A população preta e pobre vai sofrer níveis crescentes de miséria, desalento e desagregação social.
20. Em uma situação de crise econômica e de crise sanitária que evolui para uma grave crise social, o que se pode esperar de governos que não tem compromisso com a melhoria da vida do povo, muito menos compromisso com a democracia?
21. Em 2018 a direita conseguiu eleger mais um representante para governar o DF. Embora dividida em diversas candidaturas no 1º turno, a direita se unificou (ou negociou?) em torno da candidatura de Ibaneis (MDB) que obteve 41,97% dos votos no 1º turno e venceu Rollemberg no 2º turno obtendo 69,79% dos votos.

⁶ Idem.



22. Mas quem é Ibaneis? Que interesses ele representa? E a serviço de que política está o seu governo?

a) Caracterização do governo Ibaneis

23. O advogado e ex-presidente da OAB/DF não tinha sido, até então, candidato a um cargo público. Nas eleições de 2018 aproveitou o contexto de negação da política e dos partidos (anti-política) para se apresentar como uma alternativa.
24. O que elegeu Ibaneis não foram seus discursos, propostas ou imagem construída na campanha, o determinante foi a sua capacidade de comprar os cabos eleitorais da direita. Com essa capacidade de “fazer negócios”, também angariou o apoio do empresariado e das igrejas neopentecostais. Conformando, na prática, uma unidade entre todas as forças conservadoras do DF.
25. No processo eleitoral foi visível o seu crescimento nas pesquisas na medida em que os acordos de compra e venda foram se efetivando. Portanto, ao contrário do que especulam alguns analistas, e embora o apoio explícito a Bolsonaro tenha rendido votos, a conquista de Ibaneis foi mais uma vitória do poder econômico (muito dinheiro para comprar votos) de um candidato que soube se aproveitar de uma retórica anti-política em um cenário conservador, como se viu no plano nacional.
26. A eleição do governo Ibaneis expressa, conjunturalmente, as forças conservadoras, em específico da extrema direita que cresceu no país. Estruturalmente, expressa a confluência de interesses pessoais do próprio governador com os da atrasada elite econômica do DF.
27. Assim, por razões conjunturais, Ibaneis se alinha com o governo Bolsonaro, compõe seu governo com a extrema direita e realiza políticas públicas conservadoras, como o projeto de militarização das escolas.
28. Entretanto, o que determina o caráter do seu governo são as razões estruturais. E estas se baseiam na representação dos interesses dos grandes empresários do DF e no oportunismo político do governador, que é a principal característica de Ibaneis.
29. Ibaneis, embora seja um liberal conservador, não tem projeto de sociedade, nem sequer grupo político. Preocupa-se somente em representar a si mesmo. Como um bom oportunista político, se adapta a situação que melhor lhe convém buscando sempre promover sua imagem. Por isso, sua postura oscila entre um tom autoritário, que se revela muitas vezes em suas declarações públicas, para um tom benevolente e conciliador em meio a negociações.
30. Para Ibaneis, o governo é um brinquedo novo que está a serviço de seus caprichos. Ele despreza as necessidades e ignora as potencialidades do DF.
31. Para manter seu poder de governo, maneja os interesses da atrasada elite econômica do DF. Isso é observável nas ações de favorecimento e beneficiamento do grande empresariado. O que é bem diferente do discurso de desenvolvimento econômico, interesse público e mais emprego que ele tem feito.

b) O governo dos ricos e desigualdade



32. O discurso de Ibaneis é de que o Estado atrapalha a economia: “para o rico, basta o governo não atrapalhar”⁷ e que só deve “cuidar de educação, saúde e segurança”. Porém, o que acontece de verdade é que a elite empresarial do DF não vive sem a “ajuda” do governo. Pode-se traduzir essa “ajuda” em duas principais diretrizes do governo Ibaneis: a) ampliar os contratos de prestação de serviços com o GDF; e, b) privatizar áreas e serviços estratégicos e rentáveis do GDF.
33. A ampliação do mercado de prestação de serviços se observa no aumento de contratos de obras, de serviços, de terceirizações e de parcerias público-privadas – onde o Estado fica com o risco, a iniciativa privada fica com os lucros e, quem sabe, sobra alguma melhoria para a população.
34. No caso das obras, as empreiteiras têm sido as maiores beneficiadas. Por óbvio, o problema não está em obras de melhoria das cidades, mas o detalhe é que o maior montante de investimentos tem sido nos projetos de infraestrutura das Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADE's) com um valor anunciado de R\$ 200 milhões. São projetos que passam longe das prioridades de infraestrutura da população.
35. Outro “detalhe” importante é que as grandes empreiteiras não estão de olho só nas pequenas obras, mas principalmente nos já anunciados grandes projetos, como: Avenida Comercial e Expansão do Eixo Monumental (área atrás da rodoferroviária). São projetos que visam a especulação imobiliária e pouco consideram as necessidades ambientais e urbanísticas do DF.
36. O favorecimento do grande empresariado não está só nos contratos e terceirizações. A política tributária, que deveria ser um elemento de equidade e distribuição de renda, no governo Ibaneis beneficiou apenas os ricos com a mudança do ITBI e IPVA. Sem contar a proposta de alteração do IPTU que está em elaboração e que não considera a progressividade - os ricos deveriam pagar mais e os pobres, menos. Mas essa não é bem a proposta de Ibaneis. Vamos lembrar que esses impostos são os que incidem sobre o patrimônio e atingem, principalmente, os já muito ricos. Logo, os recursos advindos desses impostos poderia ser utilizado para melhorar a vida dos mais pobres.
37. A privatização de áreas estratégicas do GDF é outra forma de beneficiar os grandes da iniciativa privada em detrimento do interesse público. Já foram anunciadas a venda da CEB, Metrô, CAESB e CEASA. Na prática, as experiências de privatizações pioraram a prestação dos serviços, deixaram a sociedade refém de oligopólios que administram preços, não melhoraram a qualidade dos serviços e, ainda, diminuíram direitos dos trabalhadores. O melhor exemplo histórico disso, no DF, foi o caso dos transportes.
38. Por outro lado, os micros, pequenos e médios empresários são deixados à deriva no mar revolto do mercado. Nesse momento de pandemia, no qual as empresas menores precisam de proteção e auxílio, as medidas do governo Ibaneis giram em torno de manter as grandes empresas com linhas de créditos, ou mesmo, com o relaxamento para que estas funcionem como serviços essenciais durante a quarentena, a exemplo das construtoras.

⁷ Fonte: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/12/20/ibaneis-rocha-avalia-seu-primeiro-ano-de-governo/>



39. Aqui se revela outra grande contradição do governo que anuncia a prioridade de gerar empregos com o apoio às construtoras, mas não atua para apoiar os pequenos e médios empresários que são justamente os que mais empregam.
40. Um detalhe importante é que o governo Ibaneis nem precisaria dispor de recursos do GDF para apoiar as micros, pequenas e médias empresas durante a pandemia. Poderia simplesmente intermediar o acesso aos recursos que estão sendo disponibilizados pelo governo federal (seu grande aliado). Pois, no fim de abril, o Senado aprovou projeto de lei para a instituição de linhas de crédito com recursos na ordem de R\$ 15,9 bilhões para pequenos e médios empresários.
41. Vale destacar que Ibaneis e seu governo operam na mesma lógica do Bolsonaro. Apesar de em alguns episódios o governador querer se diferenciar do presidente, por motivos oportunistas, as diretrizes são as mesmas: “ajudar” o grande empresariado; tratar as políticas sociais ora como questão de segurança, ora como assistencialismo; facilitar a vida dos ricos; e se autopromover.
42. Com isso, constata-se que Ibaneis e a elite econômica daqui não têm um projeto de desenvolvimento para o DF. Quando muito, têm um projeto de desenvolvimento econômico excludente que só leva em conta seus interesses específicos, que significam concentração de renda e poder. Pouco se importam com as vocações estratégicas do DF com a necessidade de diversificar a economia e integrar a região metropolitana ou com a diminuição da dependência do setor público. Todas ações fundamentais para combater a alta desigualdade.

c) O governo dos ricos e as políticas sociais

43. A prova desse desprezo com as necessidades do DF está na insistência em priorizar, nas ações do governo, somente as obras de infraestrutura. Na realidade, o maior déficit de ações do Estado para a população aqui no DF não é infraestrutura, mas serviços públicos, principalmente: Saúde e Transporte.
44. Aliás, quando Ibaneis anuncia a tal “prioridade de atenção” às políticas sociais isso, também, se traduz em apoio aos grandes empresários. De fato, a coerência política deste governo com a lógica neoliberal é invejável quando se trata do contínuo desmonte da infraestrutura de bem-estar no DF. Vejamos:
45. No transporte, a tarifa aumentou, os subsídios do governo aumentaram e o passe estudantil diminuiu, em função das crescentes restrições. Contudo, a qualidade não mudou: desconforto, falta de horários e tempo de deslocamento continuam na mesma. Ou seja, só as empresas de ônibus ganharam. A população, em especial a classe trabalhadora e os estudantes, e os cofres públicos perderam. O governo Ibaneis continua na linha de “ajudar” os grandes empresários.
46. Se a educação, com o apoio da oferta de escola pública, era a única possibilidade de melhoria das condições de emprego e qualidade de vida de várias famílias, agora esse sonho se tornou mais distante com a política educacional de Ibaneis na pandemia.
47. A população se vê duplamente enganada, primeiro porque os jovens e adolescentes de escolas públicas continuam com menos condições de acesso à informação e às atividades escolares: o que se vê são pais



que não conseguem executar as atividades de ensino, seja por falta de tempo em função de estarem trabalhando ou por não terem o conhecimento ou didática necessária para a atividade. As crianças substituem 5 horas de aulas nas escolas por 15 minutos de teleaula e quem não tem acesso à computador e internet e recebe algumas folhas de atividades semanalmente.

48. O que se vê são professores fazendo campanhas para doação de telefones e computadores e seus alunos, sem uma política institucional para tal. Nesse caso, mais uma vez, os professores estão assumindo responsabilidades que extrapolam suas funções, gerando acúmulo, inclusive com exigências de conhecimentos muito além da prática pedagógica, piorando as condições de trabalho e aumentando o adoecimento docente.
49. A outra enganação das propostas educacionais do GDF na pandemia é o de que as aulas ajudam a diminuir a distância entre a educação dos ricos e dos pobres, enquanto sabemos que, para as classes pobres, desde o espaço para o estudo silencioso e iluminado, a possibilidade de tirar dúvidas, a possibilidade de se dedicar algumas horas por dia ao estudo são negadas pelas condições de vida dessa população, pioradas na pandemia, além do acesso ao material didático e à internet. Evitar a discriminação educacional seria não criar a ilusão de que estão aprendendo, suspendendo o prazo de conclusão do ano letivo para que pudessem, realmente, aprender em outros momentos.
50. Se muito se fala nas condições de acesso à educação, a discussão sobre o que se aprende na escola, o currículo, está cada dia mais fora de pauta. Ao mesmo tempo em que não se abrem discussões na sociedade sobre questões curriculares, tem sido forte o lobby das igrejas e grupos conservadores com valores de submissão das mulheres e apoliticização da educação, bem como a ala privatista que deseja vender materiais educacionais e garantir que a educação pública continue fornecendo mão de obra minimamente qualificada e acrítica.
51. Já a assistência social, que deveria ter um papel central nesse momento de crise sanitária, é uma das áreas com pouca ou nenhuma prioridade no governo local. Apesar do desmonte da política de assistência (definhamento dos CRAS e CREAS) e a emergência da situação de pandemia, não houve garantia, desde o início, pelo governo, de nenhum plano de auxílio às pessoas em situação de vulnerabilidade no DF.
52. Agora o governo anuncia, com toda pompa, que vai atender 11.530 usuários (5.878 - Cartão Prato Cheio e 5.652 - Renda Emergencial). Só que isso significa apenas 0,38% da população do DF (3.015.268 hab/2019.) e os que precisam muito, ou seja, que recebem até 1 salário mínimo, são 8,13% da população do DF (cerca de 245 mil pessoas). Realmente é muita propaganda para pouco resultado.
53. Outra demonstração de desprezo com as populações mais vulneráveis é o caso das pessoas em situação prisional. Para se ter uma ideia, o complexo penitenciário da Papuda tem um dos maiores números de infectados no Brasil, e Ibaneis tem adotado medidas extremamente tímidas, o que revela uma postura necropolítica desse governo.
54. No caso das políticas para as mulheres a lógica, também, é de muita publicidade e pouca efetividade. Do que adianta recriar a Secretaria da Mulher se ela não realiza nada? Não existem políticas públicas em andamento, principalmente no que concerne ao enfrentamento às violências contra as mulheres. Pelo



contrário, o que vemos é a extinção gradativa de todos os equipamentos e de todas as políticas implementadas nas duas últimas décadas, a exemplo da Casa da Mulher Brasileira no DF que, desde 2015, funciona com sua capacidade reduzida a 40%.

d) O governo dos ricos, o enfrentamento a pandemia e as políticas de saúde

55. O SUS tem sofrido um processo contínuo de desmonte e privatização que não é uma ação só do governo federal. Governadores e prefeitos contribuem com a precarização dos serviços de saúde na medida em que não contratam pessoal necessário e não viabilizam uma estrutura capaz de prover os serviços mínimos para que a população tenha o seu direito plenamente garantido.
56. Contudo, apesar da ação de desmonte e privatização da saúde, neste momento de pandemia ficou nítida a importância do SUS no combate ao novo coronavírus. Se não fosse o SUS e seu enraizamento, muito provavelmente a população estaria passando por momentos ainda mais difíceis e dramáticos.
57. No DF, no que concerne à pandemia, Ibaneis até foi o primeiro governador a adotar medidas de isolamento social. Mas, se no início aparentava uma preocupação com a doença, sua postura oportunista e política de “duas caras” ficaram evidentes ao longo do tempo. Desde o início faz concessões aos empresários locais, que em todo o Brasil atuam minando o isolamento social e contribuindo com a saturação dos serviços de saúde. Fato é que o DF está num quadro crescente de contaminação e morte e, paradoxalmente, de abertura dos diversos setores econômicos. Ibaneis assume, definitivamente, a necropolítica ao defender a volta a uma suposta normalidade.
58. Para piorar a situação, o governador culpabiliza a população da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento) quanto ao caos da saúde no DF e do possível colapso que está por vir, maquiando a sua má gestão e a falta de investimentos na área. Não satisfeito em terceirizar responsabilidades, chegou a dizer que negaria atendimento a essa população, descaracterizando um princípio básico do SUS - a universalização do acesso à saúde.

e) O governo dos ricos, o enfrentamento a pandemia e as políticas de C&T

59. Por outro lado o governo Ibaneis subestima a capacidade que o DF tem de contribuir com o combate ao novo coronavírus a partir do emprego de recursos e esforços na área de Ciências e Tecnologia. As poucas iniciativas do GDF até o momento foram tímidas:
60. A primeira é um convênio entre a Fundação de Apoio à Pesquisa do DF (FAP-DF) e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), destinado a aumentar a capacidade de diagnóstico do Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN-DF).
61. A segunda é também um convênio de cooperação técnica e científica entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), a FAP-DF e a Fiocruz Brasília. Serão destinados R\$ 10 milhões em projetos de saúde digital para diagnóstico e tratamento de Covid-19.



62. Os referidos convênios são importantes, mas isso passa longe do suficiente, a sociedade necessita de muitas outras iniciativas, ou seja, a atuação das instituições voltadas à promoção da pesquisa no DF continua muito restrita diante da gravidade do momento. O fato da FAP-DF, por exemplo, não ter publicado qualquer edital, com o objetivo de apoiar pesquisas e trabalhos para combater a COVID-19 é inacreditável diante da capacidade de produção científica no DF.
63. O sistema de ciência e tecnologia do DF é qualificado, está no topo do ranking do Brasil em número de doutores proporcionalmente à população e poderia estar produzindo pesquisas, por exemplo, nas áreas de prevenção, mapeamento de risco, monitoramento e acompanhamento de pacientes, cuidados intensivos e desenvolvimento de robôs para auxiliar nas atividades hospitalares. No entanto, a FAP-DF insiste em não executar ações, apesar dos recursos existirem.
64. Outras unidades da federação estão buscando as universidades, centros de pesquisas, laboratórios, empresas e toda a sociedade civil para contribuir no combate ao COVID-19. Mas, até então, aqui não houve nenhum movimento efetivo da FAP-DF, principal órgão fomentador, nessa direção.

f) O governo dos ricos está a serviço de que política?

65. Diante do atual cenário e das políticas que o governo Ibaneis vem desenvolvendo, fica claro que este é um governo dos ricos, para os ricos e com os ricos. Foi eleito com base no poder econômico do próprio Ibaneis e nas ações que tem realizado revela que seu projeto é manter os privilégios econômicos e sociais de uma pequena minoria. Aliás, mantendo o maior grau de desigualdade do país.
66. Assim, em um governo no qual suas políticas estão a serviço da manutenção da concentração de renda, o que inclui a precarização da vida dos mais pobres, não é difícil prever que o grau de desigualdade no DF vai aumentar. Não só por causa da recessão econômica do país, nem só por causa da pandemia, mas aqui, principalmente, por causa das opções e ações deste governo.

O QUE O PT DEVE FAZER?

67. Para enfrentar essa situação, na qual se tem um alto grau de desigualdade social e um governo comprometido em ampliá-la, o PT/DF precisa se reorganizar ainda mais. Além de estar retomando o trabalho de base com o projeto Sinergia Petista e a formação política com seu canal virtual, o partido precisa de outros elementos político-organizativos para de fato construir força social capaz de fazer uma oposição, não somente parlamentar, mas nas ruas e nas redes.
68. Para isso, o PT/DF deve retomar, também, a postura corajosa de propor políticas inovadoras e mudanças estruturais. Retomar a formulação de um programa arrojado e uma estratégia de enfrentamento são passos fundamentais para se reconectar com o povo e recuperar sua credibilidade política, enquanto o partido que representa os trabalhadores e povo pobre.



69. A tarefa de formulação inclui a elaboração de um conjunto de propostas alternativas às políticas realizadas pelo governo Ibaneis. Porém, essas propostas não podem estar circunscritas a ações institucionais, como o último documento aprovado pela executiva. Na prática, esses textos se traduzem numa disputa burocrática pelo que o atual governo faz. Mais do que isso, o PT/DF deve chamar atenção da opinião pública para necessidade de reformas estruturais, medidas que alterem a concentração de poder, ampliando direitos e as liberdades democráticas.
70. É essencial que as propostas alternativas do PT/DF apresentem para população uma outra perspectiva de cidade. São propostas que, ao mesmo tempo, devem dialogar com as necessidades mais urgentes da população e com o sonho de uma cidade aberta e integradora, desenvolvida e conectada, eficiente e sustentável, criativa e inovadora, culta e divertida.
71. As necessidades urgentes são medidas concretas de enfrentamento a alta desigualdade em todas as dimensões (econômica, territorial e simbólica). Os sonhos são propostas: que apontem para um modelo de desenvolvimento sustentável; que diversifique a estrutura produtiva do DF, aproveitando suas potencialidades e vocações; que promovam uma convivência diferente, baseada numa estrutura urbana inclusiva e não refém da insustentável especulação imobiliária; e que integrem com equidade toda a região metropolitana.
72. Além da construção de propostas ousadas e criativas que empolguem a militância e conquistem o povo, o PT/DF precisa reorganizar suas ações. Para isso, é fundamental investir em iniciativas de dois tipos: as ações territoriais e as digitais.
73. Com as mudanças no mundo do trabalho, principalmente a precarização e a informalização, que já representam mais de 50% da força de trabalho, o local de trabalho se tornou disperso e atomizado. Diante desse cenário, as possibilidades de estabelecer vínculos e organizar os trabalhadores dependem, cada vez mais, das redes sociais (digital) e do local de moradia e convivência (território).
74. Acontece que o PT desde a década de 90 vem se centralizando e se verticalizando enquanto organização política, o que favoreceu um processo de extrema burocratização. Por isso, perdeu capilaridade e vínculos com a vida cotidiana dos trabalhadores e, assim, diminuiu a sua capacidade de representação. O principal ativo do PT, na década de 80, foram os núcleos. Eram estruturas versáteis, dinâmicas com alta capacidade de iniciativa política e comunicação.
75. Considerando o contexto atual, o PT precisa forjar estruturas com características semelhantes ao que se teve na década de 80. Ou seja, estruturas mais autônomas, horizontais e autofinanciadas que permitam o partido se estabelecer de maneira mais capilarizada e nas quais os militantes tenham maior capacidade de iniciativa política.
76. Para alcançar isso, o PT deve voltar a intervir nos espaços de micropolítica. Deve atuar nos problemas específicos do cotidiano e, desta forma, desenvolver ações comunitárias de organização e representação.



77. O PT também deve apoiar e articular a construção de projetos de solidariedade de classe. Deve, portanto, realizar projetos de ações voluntárias que intervenham na realidade social das periferias de forma permanente e contínua.
78. Desse modo, a partir de ações concretas que efetivam uma disputa cultural e propagam ideias e práticas contra hegemônicas, o PT pode recuperar sua credibilidade junto ao povo.
79. As ações territoriais e digitais são ações que se complementam e se articulam. Contudo, devem partir de premissas que estabeleçam uma atuação em rede e com maior capacidade de iniciativa militante. Nessa perspectiva, os militantes petistas não precisam pedir autorização para fazer política, devem agir. O que significa: estudar, organizar e lutar.
80. Um militante, hoje, deve ser, também, um influenciador nas redes sociais, um combatente dos boatos e um analista hábil da notícia. Um sujeito bem informado com capacidade de ligar o que acontece no cotidiano ao que está acontecendo na conjuntura geral e, assim, permitir que tenha maior capacidade de organizar as pessoas em torno de causas coletivas. Isso já configura uma atuação digital potente.
81. Nesse sentido, o partido deve estimular esse comportamento nos petistas e, portando, propiciar aos militantes a aquisição de novas habilidades. O PT/DF deve oferecer ao militante uma formação para dominar técnicas de comunicação audiovisual e ter condições de contribuir, frequentemente, com conteúdo para mídia independente.
82. Além disso, o PT deve combater a postura de alguns militantes que não tem enfrentado o antipetismo e, assim, escondem a marca e as bandeiras do PT.
83. Em síntese, o PT tem que ampliar as linhas de debate, formar novas lideranças e oferecer um projeto de futuro, utopia e esperança, no lugar do medo que tem predominado na política atual no país.

a) Qual deve ser o conteúdo da oposição ao governo Ibaneis?

84. Para além dos enfrentamentos cotidianos com a ação comunitária, com as pautas específicas dos movimentos sociais e sindicatos, com a atuação da oposição parlamentar e com a reorganização partidária, o PT deve apontar no debate público quais são os principais problemas do DF e quais as propostas fundamentais para se enfrentar esses problemas.
85. Considerando que a desigualdade é o principal problema do DF; que a pandemia tem intensificado esse processo; e que o atual governo atua para amplificar a desigualdade, o PT/DF deve apresentar uma proposta de enfrentamento objetivo, justo e simples da desigualdade. Isto significa distribuir renda de maneira direta e permanente.
86. A pandemia e suas consequências econômicas colocaram na ordem do dia as propostas de rendas emergenciais como forma de mitigar a perda de empregos e renda. O próprio governo Bolsonaro, por mais ultraneoliberal que seja, não conseguiu impedir que isso fosse realizado. No entanto, por mais que seja importante, a renda emergencial é um paliativo. É uma medida insuficiente para se enfrentar a desigualdade. O PT deve defender uma proposta mais ousada.



87. Com as consequências da recessão econômica, que já estava em curso, com o caminho que parece cada vez mais sem volta da informalização do trabalho e com o brutal desemprego, as discussões sobre como enfrentar essa crise social têm sido mais profundas. Por isso, não é atoa que o debate sobre a Renda Básica Universal tem tido apelo e relevância.
88. Além de uma saída para essa grande crise, porque é uma medida de forte e de positivo impacto na microeconomia, a Renda Básica Universal recoloca o debate de justiça mínima na distribuição da riqueza na sociedade.
89. Mais do que isso, a Renda Básica Universal tem consequências muito mais efetivas na economia e na recuperação das micro, pequenas e médias empresas dos que as tradicionais, injustas e ineficazes medidas de isenção de impostos e crédito bancário. O maior exemplo do êxito de medidas de distribuição direta de renda foi o Bolsa-Família.
90. Agora, diante dessa crise, o povo precisa de respostas mais efetivas e o PT não pode se limitar a propostas tradicionais que têm pouco efeito e não mudam substancialmente a vida do povo. Nesse sentido, o PT/DF deve retomar sua proposta histórica (Renda Básica de Cidadania) e defender uma proposta de **Renda Básica Universal do DF**.
91. Muitos vão questionar a viabilidade da ideia, discutir os limites orçamentários, se opor ao mérito, mas é plenamente viável estabelecer uma renda básica universal localmente e o PT/DF tem quadros técnicos suficientes para produzir o detalhamento necessário para viabilizá-la.
92. Aliás, a discussão sobre a proposta de Renda Básica não pode se restringir ao valor, pois uma vitória importante é estabelecer o mecanismo de distribuição, que insere na lógica social a dimensão que todos têm direito sobre a riqueza produzida e direito ao básico para se viver.
93. Contudo, o combate a desigualdade não deve se restringir a renda, embora ela seja fundamental. Assim, é importante enfrentar outras dimensões que perpetuam e acentuam a desigualdade social. No mundo atual, necessidades novas surgiram. Porém, só parte da sociedade tem a possibilidade de suprir essas novas necessidades.
94. O acesso à internet se tornou um bem essencial, uma necessidade básica na atualidade e um novo direito. Se antes da pandemia o provimento de banda larga e a aquisição de dispositivos de acesso internet já eram um fator de distinção e exclusão social, hoje, não ter internet e nem conseguir acessá-la se tornou elemento de apartação social.
95. Para se constatar o impacto dessa questão, basta observar o caso da educação. Nas atuais circunstâncias de isolamento social é necessário ter acesso a internet para poder estudar, por isso, os mais pobres estão sendo ainda mais penalizados. Estão assistindo seus filhos ficarem excluídos da possibilidade de aprender. Enquanto isso, a classe média e os ricos não só conseguem garantir que seus filhos continuem estudando, como têm a oportunidade de intensificar o aprendizado deles com novas habilidades para o estudo. Ou seja, esse processo vai resultar numa diferença ainda maior entre ricos e pobres.



96. Em vista disso, o Estado precisa prover políticas que atendam a essas novas necessidades (novos serviços essenciais), sob pena de prejudicar mais intensamente os mais pobres. Nesse sentido, o PT/DF deve propor e defender um programa distrital de **internet livre** (Banda Larga Universal) para toda a população com a entrega de dispositivos para os mais pobres.
97. Para tanto, deve ser acoplado a essa proposta a criação de uma empresa pública que forneça um serviço de provimento de dados (acesso a internet) residencial e em áreas públicas para toda a população. Assim como se tem a CEB e a CAESB que fornecem luz (inclusive iluminação pública) e água, o GDF precisa constituir uma empresa que forneça rede de internet (residencial e nas áreas públicas).
98. Além do enfrentamento às desigualdades, o outro principal problema do DF é a falta de um projeto de desenvolvimento. Um projeto que seja sustentável, sustentado e que promova a equidade territorial.
99. Com uma economia dependente do setor público e onde o setor de serviços é voltado em grande parte ao atendimento das famílias e não de empresas, o que resulta em empregos de baixa qualificação e baixa remuneração, a diversificação econômica é um aspecto fundamental para um projeto de desenvolvimento.
100. Todavia, esse projeto não deve ser pautado por ideias tradicionais de desenvolvimento, ou seja, por apenas ampliar a oferta e a capacidade de atendimento das demandas sociais e econômicas existentes. Mas, deve ser elaborado considerando as vantagens ambientais, o alto potencial criativo e inovador do território local.
101. Assim, fica evidente que esse projeto pressupõe aproveitar a localização central (logística) do DF e investir no seu alto potencial de desenvolvimento científico e tecnológico. Isso possibilitará ao DF não só apostar num processo de industrialização avançada, inteligente e com sustentabilidade ambiental, mas viabilizar condições para que nesse território se materialize outras perspectivas além de uma cidade administrativa.
102. Nesse sentido, o PT/DF deve propor e defender a priorização e o aumento substancial dos **investimentos públicos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)** no DF. Isso, porque, a política de CT&I é, cada vez mais, estratégica para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Por isso, se torna fundamental investir nessa política. E, isso permitirá que o DF se torne um polo atrativo para inovação. Mais do que isso, irá gerar empregos de qualidade e maior remuneração. Propiciará, também, geração de riqueza capaz de melhorar o padrão de vida e as condições sociais de toda a população.
103. O conteúdo da oposição ao governo Ibaneis deve ir além das questões específicas apresentadas pela agenda governamental. Com essas propostas, o PT deve se contrapor ao governo produzindo outra agenda pública.
104. Uma agenda que pautar o debate público com uma outra visão do DF. Uma visão na qual o enfrentamento à desigualdade assume um papel central (Renda Básica Universal), porém, uma visão que não resume a renda, mas a promoção de novos serviços essenciais (Internet livre) e com uma perspectiva de desenvolvimento inclusiva, sustentável e integradora (Investimento Público em C&T).



b) E qual deve ser a tática de oposição ao governo Ibaneis?

105. Enfrentar e derrotar o governo Ibaneis vai exigir do PT/DF a capacidade de agregar diversos setores sociais e diversas forças políticas. Para isso, além de se reorganizar, aumentar sua credibilidade social e sua capacidade de comunicação, o PT/DF precisa construir a unidade do campo da esquerda no DF.
106. E, para isso, é importante compreender que a unidade política de diversos setores não se estabelece por decreto. Não é, também, a simples reunião de legendas e movimentos, que mais se assemelha a uma coligação eleitoral onde cada um visa suas vantagens.
107. A unidade política capaz de produzir mudanças na realidade, capaz de realizar um oposição eficaz, pressupõe a convergência de idéias, de discurso e de propostas. Pois, o programa é o instrumento que materializa a unidade de um campo político.
108. Portanto, as propostas de conteúdo apresentadas nesse documento buscam não só propor alternativas de combate efetivo à desigualdade e apontar um rumo para o desenvolvimento do DF. Tais propostas também objetivam produzir alianças com setores sociais estratégicos para derrotar o governo Ibaneis.
109. Assim, as 3 principais propostas apresentadas neste documento, além de possibilitarem alianças importantes, têm um conteúdo que busca aproximar o discurso do PT das necessidades reais da população, das lutas dos movimentos sociais e busca provocar as pessoas a sonharem com uma realidade diferente. Por isso, entende-se que essas propostas têm grande potencial de agregação política.
110. A proposta de **Renda Básica Universal do DF** possibilita dialogar com as demandas do povo preto e mais pobre, dos trabalhadores dos setores populares e das periferias, porque aponta uma resposta objetiva para a situação urgente de desemprego, diminuição da renda e desalento. Mas, também, dialoga com as demandas das populações mais vulneráveis e em situação de violência, porque proporciona autonomia financeira.
111. Por outro lado, essa proposta possibilita dialogar com as demandas dos micro, pequenos e médios empresários, porque aumenta o consumo das famílias, injetando e fazendo circular dinheiro na microeconomia.
112. Já a proposta de **Internet livre**, além de beneficiar toda a população com a democratização da informação e dados e, em especial, os jovens, porque são os que mais demandam conexão, propicia mais comunicação e mais acesso ao conhecimento.
113. Além disso, é uma proposta que dialoga tanto com os mais pobres, porque seus filhos estão impedidos de estudar, quanto com os pequenos empresários, porque dinamiza o ambiente econômico.
114. A proposta de **investimento prioritário em C&T**, além de ser estratégica para o desenvolvimento DF, propicia uma aliança direta com a comunidade científica e com quem produz conhecimento. Mas, também, dialoga com as necessidades do setor da economia que busca inovação.
115. Com essas propostas, entende-se que o PT/DF pode não só fazer oposição ao governo Ibaneis, como construir um campo político com capacidade de apontar um rumo para o DF e transformar a vida do povo.



116. Além disso, também propomos as seguintes medidas:
- a. Reafirmar a importância do isolamento social com a finalidade de barrar a proliferação do COVID-19.
 - b. Continuar defendendo o SUS e o SUAS, denunciando permanentemente o desmonte desses sistemas e suas consequências na sociedade.
 - c. Criar uma rede de solidariedade entre as/os empreendedoras/es petistas.
 - d. Propor a criação de um comitê científico entre o Conselho Distrital de Saúde, Universidade de Brasília e Organizações Sociais para realizar estudos e avaliações que apontem a viabilidade ou não da reabertura dos serviços, comércios, escolas e a retomada das prestações de serviços;
 - e. Propor a redução das mensalidades das escolas e universidades privadas, sem cortes dos salários das/os funcionárias/os.
 - f. Propor políticas públicas emergenciais para as populações em situação de vulnerabilidade.
 - g. Propor uma política de renda emergencial que atenda as necessidades das/os atingidas/os pelo desemprego.
 - h. Propor mecanismos eficazes de denúncias de violências contra as mulheres, as crianças, as adolescentes, as pessoas idosas, LGBTs, as pessoas com deficiência e a população em situação de rua, bem como, políticas públicas que garantam a segurança e dignidade desses segmentos sociais.

10 DE AGOSTO DE 2020.

ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA DO DF